

HABEAS CORPUS Nº 569.992 - MG (2020/0077875-4)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : JAIR DE PAULA ALVES MARTINS E OUTRO
ADVOGADOS : JAIR DE PAULA ALVES MARTINS - MG118532
FABRICIO WALLACE COTRIM PEREIRA - MG139366
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS
PACIENTE : ROBSON TADEU DE FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

DECISÃO

ROBSON TADEU DE FREITAS alega sofrer constrangimento ilegal diante de decisão do Desembargador relator do Habeas Corpus n. 1.0000.20.034443-0/000, do **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, que indeferiu o pedido liminar lá formulado.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, à pena de 15 anos, 11 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, por infração aos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos c/c art. 40, V, todos da Lei n. 11.343/2006.

Nesta Corte, a defesa requer seja concedido o **direito do paciente recorrer em liberdade**, em razão das recomendações relacionadas à soltura dos presos em decorrência da pandemia do coronavírus.

Decido.

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), **não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.**

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical, a apontada violação ao

direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula nº 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, muitas vezes com a difícil reversibilidade da tutela eventualmente concedida, por magistrado distante dos fatos articulados no pedido e que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, que acabam por, premidos pelo dever de prestar jurisdição, sacrificam as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

O prejuízo da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcança, vale acenar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência**. É que, dadas as **limitações estruturais e funcionais** de qualquer órgão judicante – e, em especial, dos órgãos fracionários dos Tribunais Superiores – despendem-se recursos humanos e o

tempo de servidores e dos magistrados para um exame precário de situação ainda pendente de julgamento pelo órgão colegiado na origem, o que, de plano, engendra duas óbvias **consequências**: (a) retardo no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, anteriormente distribuídas (com prioridade temporal, portanto), com igual relevância temática e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) antecipação, com eventual preclusão do reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o sagrado direito de acesso ao Judiciário e o dever de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça**.

Na espécie, noto que o Desembargador relator considerou: "a contextualização da cautelaridade, tal como disposta na sentença, pareceu-me, *prima oculi*, gozar de motivação suficiente para obstar, ao menos em sede de análise liminar em HC (ou seja, sem ausculta ao impetrado) a pretensão de recorrer em liberdade" (fl. 278).

O Juiz sentenciante, ao estabelecer o regime inicial fechado, destacou que o **"acusado é líder de grande organização criminosa responsável pelo fornecimento de grande quantidade de entorpecente para traficantes menores de Belo Horizonte/MG e Teófilo Otoni/MG"** (fl. 184, grifei), o que justifica a manutenção da custódia preventiva.

Destaco, por fim, que o Desembargador relator constatou que **"não foi trazido ao presente habeas corpus documento apto a demonstrar que as questões relacionadas à pandemia do novo coronavírus (COVID-19) foram submetidas ao Juízo *a quo*, o qual, por acompanhar de perto as condições existentes no presídio local, deve antes aferir a subsunção da situação fática do paciente à realidade local"** (fl. 278, grifei).

Dessa forma, observo que o Desembargador relator não praticou nenhuma ilegalidade ao indeferir o pedido de urgência, pois apenas afirmou não observar, *prima oculi*, indícios de constrangimento indevido na espécie postergando, assim, o exame das questões suscitadas para o julgamento do mérito da impetração.

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, **não identifico ilegalidade manifesta na decisão impugnada**. Ressalto que a análise feita nesta oportunidade não preclui o exame mais acurado da matéria, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**